



RESUMO

O presente *paper* tem como tarefa apresentar as discussões em filosofia da mente propostas pelo filósofo norte-americano Wilfrid Sellars (1912-1989). O texto não apresentará um compêndio sobre os problemas mais gerais da filosofia da mente, apenas os problemas de Sellars serão abordados, aqueles que decorrem diretamente das concepções e posicionamentos de sua filosofia, sobretudo os comprometimentos teóricos gerados por sua crítica ao Mito do Dado (*Givenness*). Tentar-se-á explicar como Sellars responde as seguintes questões: O que são episódios internos? Como explicar a existência de tais episódios sem recorrer aos *qualia* mentais? E assim responder: o que são pensamentos? Sellars consegue demonstrar como é possível admitir-se que conceitos pertencentes a episódios internos são essencialmente intersubjetivos, embora não sejam traduzíveis em comportamentos verbais públicos. Além disso, consegue demonstrar que o acesso privilegiado a esses episódios é uma dimensão desses conceitos que pressupõe a intersubjetividade e que a privacidade desses episódios não é absoluta.

Palavras-chave: Wilfrid Sellars. Episódios internos. Mito de Jones.

The Jones Myth: A Pragmatic Alternative to the Concept of Internal Episodes

ABSTRACT

The present paper has the task of presenting the discussions in philosophy of mind proposed by the North American philosopher Wilfrid Sellars (1912-1989). The text will not present a compendium on the most general problems on philosophy of mind, only Sellars' problems will be approached, those problems that derive directly from the conceptions and positions of his philosophy, above all the theoretical compromises generated by his criticism of the Myth of the Given. An attempt will be made to explain how Sellars answers the following questions: What are inner episodes? How to explain the existence of such episodes without following the qualia? And finally what are thoughts? Sellars seeks to demonstrate how it is possible to admit that the concepts belonging to the inner episodes are essentially intersubjective, although they are not translated into public verbal behaviors. Furthermore, he intends to demonstrate that privileged access to these episodes is a dimension of these concepts that sustain intersubjectivity and that the privacy of these episodes is not absolute.

Keywords: Wilfrid Sellars. Inner episodes; Jones' Myth.

1 Introdução

O presente *paper* tem como tarefa apresentar as discussões em filosofia da mente propostas pelo filósofo norte-americano Wilfrid Sellars (1912-1989), uma vez que suas ideias formam uma considerável alternativa aos problemas da linguagem mentalista de modelo cartesiano. Mais ainda, busca-se salientar que a filosofia da mente sellarsiana, ao defender a existência de episódios internos sem recorrer aos *Qualia*, entidades mentais as quais o indivíduo tem acesso direto e privilegiado mediante introspecção, permite a compreensão da mente a partir de um arcabouço conceitual compatível com uma filosofia da linguagem enquanto um fenômeno público e intersubjetivo, situando o filósofo no centro do debate filosófico pós-positivista ou pós-*virada pragmática* em filosofia da linguagem e da mente.

Ao lado das *Philosophical Investigations* (1953) de Wittgenstein e *The Concept of Mind* (1949) de Gilbert Ryle, Sellars, através de seu ensaio *Empiricism and the Philosophy of Mind* (1956), possui bastante influência nos debates sobre filosofia da mente, sobretudo por sua crítica a tradição empirista e ao que se costuma chamar de “fundacionalismo”¹. A tradição cartesiana apresenta uma visão da mente a partir do princípio de que o sujeito tem acesso não mediado e imediatamente consciente dos *datum* internos e empiricamente adquiridos. É precisamente essa concepção de mente que passa a ser criticada a partir de meados do século XX, como se poderá perceber a partir dos autores acima citados, especificamente de Sellars. De um modo geral, os três filósofos² buscam, cada um à sua maneira, desconstruir o conceito de mente ancorado no método introspectivo a partir de uma análise baseada no funcionamento da linguagem pública³.

Focado na filosofia da mente de Sellars, o texto não apresentará um compêndio sobre os problemas mais gerais da filosofia da mente, apenas os problemas de Sellars serão abordados, aqueles que decorrem diretamente das concepções e posicionamentos de sua filosofia, sobretudo os comprometimentos teóricos gerados por sua crítica ao *Mito do Dado* (*Givenness*). Tentar-se-á explicar como Sellars

¹ Para uma apresentação geral sobre fundacionalismo ver: (VASCONCELOS, 2010, p. 35-44).

² Sobre discussões acerca da identificação de Ryle, Wittgenstein e Sellars entre “ter conceitos” e “usar palavras”, ver: Brand Blanshard's *Reason and Analysis* (La Salle, Ill., 1962), chap. IX.

³ Parece perfeitamente claro, ao menos desde Wittgenstein e Sellars, que o “significado de inscrições tipográficas não é uma propriedade ‘imaterial’ extra que possuem, mas apenas seu lugar num contexto de eventos circunstanciais num jogo de linguagem, numa forma de vida” (RORTY, 1994, p. 39).

responde as seguintes questões: O que são episódios internos? Como explicar a existência de tais episódios sem recorrer aos *qualia* mentais? E assim responder: o que são pensamentos?

Para uma resposta satisfatória a estas questões, é necessária uma rápida apresentação das teses fundamentais da tradição, bem como as concepções e conceitos assumidos por Sellars, delimitando, assim, seu problema específico em relação ao universo de questões possíveis. De um modo geral, seriam estas as teses fundamentais das teorias sobre a mente que, segundo a ótica de Sellars, pressupõem a estrutura (*framework*) do dado: a existência de atos/estados mentais, a intencionalidade destes atos mentais, bem como o acesso privilegiado não mediado destes e o conhecimento dos atos mentais dos outros (o problema das outras mentes), seriam, em filosofia da mente, as teses assumidas pelas assim chamadas por Sellars, teorias dos dados dos sentidos (*sense datum theories*).

Embora destas questões se possam derivar outras tantas igualmente problemáticas e importantes, por exemplo, questões relativas a ontologia do mental, (apenas como exemplos gerais: o dualismo, o monismo, o fisicalismo, e o funcionalismo, este último que parece ser, como se poderá ver antes do final do texto, a posição assumida por Sellars) aqui o foco estará na apresentação do *Mito de Jones*, uma ficção antropológica que ilustra de uma maneira logicamente ordenada como é possível explicar a existência de episódios internos sem recorrer ao dado (*Given*).

É importante não perder de vista que as teses de Sellars estarão atreladas à negação de que os *qualia* sensíveis desempenhem papel semântico, ou seja, de que exista fundamento não proposicional para o conhecimento, seja inferencial ou não-inferencial. Também é necessário evitar considerar a ideia de *representação privilegiada*, bem como aos *sentires diretos*, como quando se diz que alguém vê diretamente alguma coisa. Resumidamente, não há acesso privilegiado a qualquer tipo de item que garanta o *status* epistêmico para qualquer objeto. Estas teses Sellars as demonstra claramente em sua crítica ao *Mito do Dado* presente na primeira parte de seu texto clássico (SELLARS, 2008, p. I-X).

Sellars pensa esses itens não com uma existência substancial ou espacialmente localizadas na mente, mas, ao invés, com uma existência semântica e externa à mente. Episódios internos ocorreriam, portanto, a partir da internalização semântica. Segundo Rorty (2008, p. 18) “é provável que ele tenha sido o primeiro

filósofo a insistir que devemos ver a ‘mente’ como uma espécie de entificação da linguagem”.

O modelo ryleano e o nominalismo psicológico

A filosofia da mente de Sellars está ligada de uma maneira geral a duas obras fundamentais da filosofia analítica pós-positivista, como já fora anunciado acima. Trata-se das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, haja vista ser esta obra que desencadeia a virada pragmática⁴, e, mais especificamente para o contexto do presente escrito, *The concept of Mind* de Gilbert Ryle, uma obra de filosofia da mente que, embora lançada um pouco antes, caminha na esteira do pragmatismo wittgensteiniano, apresentando uma explicação para o conceito de mente sem recorrer a noção de episódios internos, estes encarados como “erros categoriais”⁵. Segundo Rorty (2008, p. 18),

The Concept of Mind (1949) de Ryle, logo antes das investigações filosóficas, fez a oposição wittgensteiniana à ideia de ‘linguagem privada’ e à visão de ‘entidades capazes de ser conhecidas por apenas uma pessoa’ parecer inseparável da polêmica de Ryle contra o ‘fantasma da máquina’.

Somados ao texto de Sellars, estas obras apresentam cada uma a sua maneira uma proposta para a noção de episódios internos. Além do mais, exatamente pela relação acima apontada por Rorty, o presente texto tratará a questão conforme o próprio filósofo o faz em *Empiricism and The Philosophy of Mind*, ou seja, ao apresentar o mito de Jones, está em discussão direta com o texto de Ryle. Assim,

[...] a noção de Sellars de episódios internos como tendo originalmente postulado, não observado, entidades, juntamente com sua explicação de como os falantes podem vir a fazer relatos introspectivos (seção 59) de tais episódios, tornou claro como seria possível ser wittgensteiniano sem ser ryleano (Idem).

⁴ Sobre a virada pragmática ver: (OLIVEIRA, 2006, p. 117-224).

⁵ “Their problem is not one of the occurrence or non-occurrence of ghostly processes, but one of the truth or falsehood of certain ‘could’ and ‘would’ propositions and certain other particular applications of them. For, roughly, the mind is not the topic of sets of untestable categorical propositions, but the topic of sets of testable hypothetical and semihypothetical propositions” (RYLE, 2009, p. 34).

Relativamente a ser wittgensteiniano, no que diz respeito à problemática dos episódios internos, significa compartilhar a posição negativa de Wittgenstein acerca de “episódios não-verbais auto-autenticáveis”. Quanto a não ser ryleano, significa, contudo, não compartilhar das objeções ryleanas sobre a existência de entidades mentais como pensamentos e impressões sensíveis. Enquanto Sellars compartilha com Wittgenstein a ideia de que apenas episódios verbais possuem *status* epistêmico, não sustenta, todavia, a crença de que não existam episódios mentais. Sellars mantém a noção de episódios internos, embora a manutenção desses episódios passe por uma reconceituação que prive a crença em episódios internos a partir da pressuposição do dado.

Como uma alternativa às críticas ao mito do dado, Sellars apresenta a tese do *nominalismo psicológico*⁶, na qual demonstra como os significados linguísticos são publicamente adquiridos e como podemos atribuir significados, ou seja, como podemos conhecer as coisas, somente a partir de um domínio prévio da linguagem. Através de um mecanismo estímulo-resposta (*input-output*), o falante é treinado a manifestar sempre, em condições normais, os mesmos padrões de comportamento até que, diante de um domínio eficiente de condicionais subjuntivos, possa realizar inferências e realizar conhecimento não-inferencial a partir de particulares na experiência. Segundo Sellars,

Se, contudo, a associação [linguagem-mundo] não é mediada pela consciência de fatos da forma *x se assemelha a y* ou de qualquer forma *x é Φ* , então nós temos uma visão do tipo geral que eu vou chamar *nominalismo psicológico*, de acordo com o qual *toda* consciência de *tipos, semelhanças, fatos, etc.*, em suma, toda consciência de entidades abstratas – de fato, toda consciência mesmo de particulares – é uma questão linguística. De acordo com ela, nem mesmo a consciência de tais tipos, semelhanças e fatos pertencentes às assim chamadas experiências imediatas é pressuposta no processo de aquisição do uso de uma linguagem (SELLARS, 2008. p. 68, colchetes próprios).

Todavia, o *nominalismo psicológico* não responde por si só sobre como se adquire e nem qual o *status* da linguagem para termos mentais. Para esse novo problema – decorrente dos compromissos assumidos com a crítica ao mito e sua

⁶ Para uma apresentação do conceito de nominalismo psicológico, ver: (VASCONCELOS, 2010, p. 58-64).

alternativa pragmática centrada no conceito de nominalismo psicológico – Sellars oferece o *Mito de Jones*.

Antes da prosseguir, convém esclarecer algumas questões sobre a relação entre o objetivo fundamental do mito e seu contraponto ryleano. Um dos objetivos de *The Concept of Mind* era explicar o discurso mentalista a partir da observação do comportamento público, prescindindo absolutamente dos termos da linguagem psicológica. Nesse sentido, Ryle procura desfazer o assim chamado “mito do fantasma na máquina”, a ideia de que nossas práticas racionais tenham como origem (fundamento) uma mente ou alma imaterial (Cf. MAROLDÍ, 2014, p. 92).

Ryle demonstra nesse livro que todo o vocabulário para os estados internos (vocabulário psicológico) seria resolvido apenas em termos linguístico-comportamentais. Uma vez demonstrando que todas as entidades mentais, ditas existirem “dentro” do indivíduo, poderiam ser explicadas e reduzidas a comportamentos e disposições publicamente observáveis, ficaria provado que não há qualquer “fantasma na máquina”. Para ele, os termos mentais são equivalentes a construções lógicas sobre enunciados comportamentais através de um “behaviorismo lógico”. Não seria, assim sendo, necessário postular a existência de qualquer entidade obscura e inacessível, nem atribuir valor epistêmico a nada que esteja fora da esfera da linguagem. Feito isso, dever-se-ia refinar a linguagem para evitar referência a algo interno e privado.

Assim, Sellars inicia sua ficção filosófico-antropológica pressupondo a familiaridade do leitor com o quadro behaviorista desenhado em *The Concept of Mind*. Ryle pretende demonstrar, conforme Maroldí, que “atribuir a alguém um estado mental equivale a atribuir um comportamento ou uma disposição comportamental, isto é, o vocabulário de estados e eventos mentais pode ser eliminado por uma redução a um vocabulário mais básico” (2014, p. 92). Eis o alvo de Sellars na exposição do mito. Feita a contextualização, passa-se ao mito propriamente dito.

O mito de Jones

O *Mito de Jones* pode ser encarado como uma ficção filosófico-antropológica em três estágios, cuja finalidade é revelar como surge a linguagem do senso comum acerca de episódios internos. Através do mito, Sellars pretende mostrar como os

termos mentais são associados à ideia de representação privilegiada. O enredo revela essa associação ao demonstrar

[...] a mente como entrando gradualmente no universo por meio do desenvolvimento gradual da linguagem, como parte de um processo evolutivo naturalisticamente explicável, em vez de ver a linguagem como a manifestação externa de algo interno e misterioso (RORTY, 2008, p. 18).

Segundo o próprio Sellars,

O meu problema imediato é ver se consigo conciliar a ideia clássica de pensamentos como episódios internos, os quais não são nem comportamento público nem representação verbal e aos quais é apropriadamente feita referência por meio de termos do vocabulário da intencionalidade, com a ideia de que as categorias da intencionalidade são, no fundo, categorias semânticas pertencentes a *performances* verbais públicas (SELLARS, 2008, p. 97).

Sellars afirma usar um mito para matar outro mito, a saber, o *Mito do Dado*. Ora, o forte apelo intuitivo que pensamentos e experiências sensíveis podem ter no discurso mentalista, bem como seus impactos no discurso profissional filosófico, herança do empirismo clássico britânico⁷, podem encontrar uma forte resistência a negar que existam dados, mesmo diante da apresentação da tese do *nominalismo psicológico*. Por esta razão, o *Mito de Jones* deve, portanto, fechar o bloco argumentativo contra o dado (*givenness*) e completa a apresentação de um programa filosófico que promove “um empirismo sem dado”, uma vez que a refutação à crença no dado e sua consequente rejeição se dá em terreno naturalista.

Partindo, então, de uma ancestral comunidade ryleana, Sellars desenvolve sua ficção. Em três estágios, o mito busca demonstrar como acrescentar o vocabulário para episódios internos sem ser fundacionalista.

Começo meu mito *in medias res* com humanos que já dominam uma linguagem ryleana, porque a situação filosófica que ele deve esclarecer é aquela na qual nós não estamos intrigados pela maneira como pessoas adquirem a linguagem para fazer referência a propriedades públicas ou

⁷ Segundo Rorty, “O tipo de filosofia que denominamos hoje analítica começou como uma forma de empirismo. Ela se desenvolveu a partir do trabalho de Bertrand Russell, Rudolf Carnap e outros – o trabalho sumarizado e colocado de forma canônica e de fácil entendimento por A. J. Ayer, em seu *Languange, Truth and Logic* (1936). Neste livro, Ayer apresenta as ideias que constituem o que nós hoje chamamos ‘positivismo lógico’ ou ‘empirismo lógico’ – ideias que reafirmaram a epistemologia fundacionalista do empirismo britânico em termos linguístico, e não em termos psicológicos” (RORTY, 2008, p. 13).

objetos públicos, mas estamos muito intrigados de fato acerca de como nós aprendemos a falar de episódios internos e experiências imediatas (Idem, 2008, p. 95).

A abertura do mito demonstra o quadro geral a ser desvendado. Trata-se de esclarecer como aprendemos a falar de episódios internos e experiências imediatas. Sellars acredita que fornecendo uma explicação de como se adquire essa fala, estará desvendando o mistério por trás do mito dos enunciados públicos como frutos ou resultados de processos internos como, por exemplo, sensações e experiências imediatas. Quando Sellars afirma que os protagonistas de seu mito “já dominam uma linguagem ryleana”, isso significa dizer que são perfeitamente capazes de emitir todo tipo de enunciação pública de caráter observável tais como “isto é verde”, “existe um triângulo vermelho ali”, “x parece y a S”. De forma mais clara, falar em uma linguagem ryleana, é falar em uma cuja abrangência esteja limitada a um vocabulário suficiente para situações públicas.

Assim, no primeiro momento, tal comunidade possui um *vocabulário restrito* a objetos públicos espaço-temporais: “Pedro tem *medo* de altura” seria equivalente à condicional “Se estiver em um local muito alto então Pedro irá tremer”, ou seja, não conteria nenhum termo psicológico. Pedro não tem um conceito ou uma palavra que se refira a seu estado interno. Neste estágio de seu desenvolvimento, para a comunidade apenas seria possível a emissão de relatos a partir de evidências públicas e observáveis. Sellars considera esse modelo limitado, precisamente por não dar conta de explicar estados e eventos “interiores”, uma vez que o autor do mito acredita que existam episódios internos. No entanto, é perfeitamente compatível com o modelo ryleano o desenvolvimento de *habilidades semânticas*, isto é, eles podem aprender a dizer que sua linguagem *significa* isso ou aquilo, bem como estabelecer critérios para valores de verdade com base em relatos públicos e observáveis, podendo atribuir valor de verdade quando algo é dito ser ou não o caso. É também possível a utilização de operadores lógicos (negação, quantificação, etc.) compondo seu vocabulário, enriquecendo suas habilidades de dar conta cada vez mais de situações complexas, como por exemplo, fazer inferências com enunciados.

Sellars acredita que os recursos do discurso semântico os capacita a falar em termos mentais da mesma forma que fala nos dias atuais a comunidade humana.

Sellars esclarece isso a partir da ideia de *intencionalidade* que permeia pensamentos e a própria estrutura da semântica. Segundo ele,

[...] característico de pensamentos é sua *intencionalidade*, *referência* ou *ser acerca de algo*, e está claro que a fala semântica sobre significado e referência de expressões verbais tem a mesma estrutura que o discurso mentalista concernente a sobre o que versam os pensamentos. É, portanto, muito tentador supor que a intencionalidade de *pensamentos* pode remontar a aplicação de categorias semânticas a *performances* verbais públicas (Ibidem, p. 97).

Segundo Teixeira (2008, p. 108), “a expansão da linguagem, através da invenção da semântica, teria sido o passo preliminar para se postular a existência de algum tipo de entidade não-observável”. O passo seguinte da narrativa sellarsiana trata da questão agora com o enriquecimento dessa linguagem ryleana mediante a inserção do discurso teórico.

Desse modo, num segundo momento, há o aparecimento de uma *linguagem teórica*, ou seja, os membros da comunidade começam a elaborar hipóteses para explicar as alterações em fatos observáveis. Embora a linguagem seja pública não significa necessariamente que esteja restrita apenas a objetos públicos, ao contrário, ela pode bem ser aplicada a noções e termos *teóricos*. A comunidade incorpora frases do tipo “a água esquentada porque as moléculas se agitam” (mesmo sem nunca ter observado moléculas), atestando um grau de complexidade maior que “a água borbulha quando a temperatura aumenta”, este um relato estritamente observável. Isso significa dizer que à linguagem ryleana original de posse do discurso *semântico* incorpora agora uma camada *teórica*.

Em seu terceiro estágio, diante da comunidade neoryleana que possui uma linguagem usada para descrever objetos públicos, através de termos semânticos e teóricos, mas ainda sem qualquer vocabulário psicológico⁸, Sellars apresenta ao leitor Jones, um “gênio” estrangeiro recém-chegado a comunidade.

Estamos alcançando o momento do episódio central de nosso mito. Quero que vocês suponham que nessa cultura neo-ryleana agora surja um gênio – chamemos-lhe de Jones – que é um desconhecido precursor do movimento em psicologia, que foi revolucionário, agora lugar comum, conhecido como

⁸ Convém lembrar que a distinção entre termos teóricos e objetos observacionais é epistemológica, não há compromissos ontológicos aqui.

behaviorismo. Devo enfatizar que o que eu tenho em mente é o behaviorismo como uma tese metodológica⁹ (SELLARS, 2008, p. 102).

A passagem acima assume a postura metodológica de Jones como sendo behaviorista. Todavia, Sellars procura esclarecer que o behaviorismo que lhe interessa formular constitui-se num behaviorismo como uma tese metodológica. Do ponto de vista ontológico, Sellars está ciente que o behaviorismo não precisa assumir ou negar a existência de termo mentalistas como, por exemplo, *introspecção*. Ao contrário, o behaviorista propõe desenvolver sua própria explicação do comportamento observável a partir de um uso heurístico do discurso mentalista. Do ponto de vista semântico, pode-se encontrar a maior aproximação da filosofia sellarsiana com o behaviorismo, pois tal como o nominalismo psicológico, para os behavioristas, “o significado de qualquer termo mental é fixado pelas muitas relações que ele mantém com determinados termos: os termos para circunstâncias e comportamentos públicos observáveis” (CHURCHLAND, 2004, p. 95).

Quanto ao behaviorismo como tese metodológica, aceção do termo no mito, Sellars parece compartilhar da definição de Churchland para o behaviorismo metodológico:

Explicar o comportamento de um organismo em termos das circunstâncias ambientais peculiares em que está situado. [...] Devem se basear inteiramente em noções que sejam elas próprias publicamente observáveis, ou que sejam ao menos definidas em termos operacionais por meio de outras noções, por sua vez, publicamente observáveis (Idem, p. 145-146).

Poderá se perceber que a definição acima está em conformidade com a abordagem de Sellars pela observação do próximo passo do mito, a saber, pela tentativa de explicação de Jones para o comportamento inteligente de seus companheiros.

Suponha, agora, que a tentativa de explicar o fato de que seus companheiros se comportam de forma inteligente não somente quando sua conduta está

⁹ Neste momento de sua exposição (Cap. XIV, seções 53-55) Sellars abre um parêntese em sua exposição do mito para caracterizar sua concepção e uso do termo behaviorismo, fazendo uma distinção entre behaviorismo metodológico x behaviorismo filosófico, no sentido de enfatizar que sua argumentação obedece ao quadro conceitual ryleano e que suas distinções entre objetos observáveis e objetos teóricos são meramente metodológicas e não ontológicas. Segundo Brandom, “a exigência behaviorista de que todos os conceitos sejam introduzidos como conceitos *teóricos*, relativos a um vocabulário observacional behaviorista. Essa concepção mostra-se disponível logo que se percebe (como fizemos em [39] – [44]) que a distinção entre objetos teóricos e observacionais é metodológica, não ontológica” (2008, p. 170).

tecida por uma cadeia de episódios verbais públicos [...], porém também quando nenhum *output* verbal detectável está presente, Jones desenvolva uma *teoria* de acordo com a qual enunciados públicos são somente a culminação de um processo que começa com certos episódios internos (SELLARS, 2008, p. 107).

Jones, como um precursor da psicologia e do behaviorismo, após inserir no universo de sua comunidade a linguagem teórica, isto é, após fornecer explicações mais elaboradas e atentamente embasadas em conceitos publicamente observáveis ou em termos operacionais que remontem a noções publicamente observáveis, entende que enunciados públicos são a culminância de processos oriundos de episódios internos. Como ele chega a tais conclusões?

Ora, o modelo para a teoria de Jones é o próprio comportamento verbal público. Acostumado e adaptado a descrever o comportamento inteligente de seus compatriotas e a atribuir *intencionalidade* a enunciados verbais públicos, Jones, como cientista de seu povo, procura, agora, explicar também o comportamento inteligente dos mesmos na ausência desses enunciados, pois embora não tenha dificuldade em compreender as ações racionais das pessoas da comunidade enquanto falam, acha estranho que elas estejam se comportando deste mesmo modo (racionalmente) quando *agem em silêncio*.

Da percepção de Jones, as pessoas pareciam *falar consigo mesmas*, parecia haver um processo de *deliberação interna* sem qualquer evidência observável, mas que modificava os comportamentos. Assim, existe a necessidade de se propor uma teoria para explicar o que ocorre nestes casos, *uma teoria para explicar o comportamento das pessoas* (psicologia).

Assim, a observação do comportamento inteligente de seus companheiros “em silêncio” parece apontar a existência de algum episódio interno – ainda que meramente teórico – que possa ser definido dentro do aparato conceitual disponível como tendo alguma *intencionalidade*, e, portanto, possuindo o caráter de uma “fala interna”. Porém, ainda não se trata, segundo Sellars, de nenhum tipo de representação mental, pois Jones e seus companheiros ainda não possuem o conceito de representação. Isso apenas será possível após o conceito de *impressões*.

Logo, tal como Jones tem, como seus companheiros, falado de enunciados públicos como *significando* isto ou aquilo, ou como sendo *acerca* disto ou daquilo, assim também ele agora fala desses episódios internos como

significando isto ou aquilo, ou como sendo *acerca* disto e daquilo (Idem, p. 107).

A passagem acima deixa clara a apropriação de Jones do modelo de explicação do comportamento verbal público. Jones acaba por gerar um comprometimento ontológico a respeito dessa nova classe de episódios ao atribuir significado do tipo “o episódio x é y”, ou seja, episódios internos são tratados como *sendo* desta ou daquela maneira.

Agora, “suponhamos que Jones chamou a essas entidades discursivas de *pensamentos*. Podemos admitir sem rodeios que a estrutura de pensamentos que ele introduziu seja uma estrutura de ‘não observados’, ‘não-empíricos’ episódios ‘internos’” (Ibidem, p. 108). Para Sellars esses episódios são “não-empíricos” no sentido em que são *teóricos*, ou seja, não podem ser definidos em termos observacionais. No entanto, estes episódios são definidos em termos operacionais, por sua vez, definidos em termos observacionais. Não se pode perder de vista que Jones é behaviorista e que Sellars define seu percurso metodológico a partir dessa definição.

Os primeiros episódios a surgir a partir da expansão da linguagem e da inserção de uma linguagem teórica são *pensamentos*. Esses episódios são postulados pela teoria como sendo originadores dos episódios verbais públicos de maneira que “usando a linguagem do modelo [o comportamento verbal público], a teoria tem como resultado que o comportamento verbal público é a culminância de um processo que começa com a ‘fala interna’” (p. 106, colchetes próprios). É possível enxergar no mito que a caracterização semântica de episódios verbais públicos é o primeiro uso de termos semânticos e que, portanto, eventos linguísticos públicos são o modelo para a noção de episódios internos na teoria de Jones. Assim, começa a ser esclarecida a pressuposição fundamental de Sellars de que pensamentos surgem a partir da introspecção semântica.

Neste momento, não se tem experiências imediatas, o que se tem são episódios “internos” no sentido de que são episódios teóricos – não analisáveis em termos públicos, conforme já fora dito nas passagens anteriores. A partir da teoria jonesiana de que o comportamento verbal público é a expressão de pensamentos, e do uso dela a partir da interpretação do comportamento de seus compatriotas, abre-

se caminho para a utilização da linguagem de sua teoria para “auto-descrição”. Nesse sentido, um membro da comunidade de Jones

Pode ser treinado a dar autodescrições razoavelmente confiáveis usando a linguagem a teoria, sem ter de observar seu comportamento público. [...] Nossos ancestrais começam a falar de acesso privilegiado que cada um de nós tem a seus próprios pensamentos. *O que começou como uma linguagem com um uso puramente teórico ganhou um papel de relato* (p. 110).

Com isso Sellars pretende demonstrar que esses conceitos para episódios internos como, por exemplo, pensamentos, são originariamente *intersubjetivos* e que a ideia de se possui acesso privilegiado a tais episódios é uma dimensão do uso desses conceitos que, no entanto, permanecem baseados e pressupondo *status intersubjetivo*.

Neste momento nossos ancestrais falam uma linguagem bastante não-ryleana. Porém, ela ainda não tem qualquer referência a tais coisas como impressões, sensações, ou sentimentos – em suma, aos itens que filósofos reúnem sob o título de “experiências imediatas” (p. 111).

A comunidade de Jones não compartilha mais, graças a ele, de uma linguagem estritamente ryleana. Embora não existam termos como impressões sensíveis, a ideia de acesso privilegiado a episódios internos por meio da introspecção – a autodescrição – permite a Jones formular uma teoria da percepção. Como? Clara é a pressuposição, para Jones, de que os eventos verbais públicos possuem origem em processos internos, como, por exemplo, que os enunciados verbais públicos do tipo “isto é verde” são resultado da fala interna, ou seja, de pensamentos. O que ocorre a partir deste ponto é, naturalmente, a tentativa desse cientista de fornecer uma teoria para explicar os processos causais que engendram esses episódios internos e sua relação com os eventos que os causam. Conforme fora visto, esses episódios possuem papel de relato, portanto, acarretam comprometimento ontológico. Se assim o é, precisam encontrar lugar no processo de causação física. Esse, talvez, tenha sido o pressentimento de Jones para o próximo passo de seu trabalho como cientista. Além do mais, a segurança com que Jones empreende a construção de sua nova teoria está também vinculada à crença de que relatos introspectivos são sempre corretos baseados na autoridade daquele que procede a um exame introspectivo.

Continuamos o mito supondo que Jones desenvolva, de forma rudimentar e esquemática, claro, uma teoria da percepção sensorial. [...] Desse ponto de vista, é suficiente supor que o herói do meu mito postule uma classe de episódios internos – teóricos – que ele chama, digamos, *impressões*, e que são o resultado final dos impactos dos objetos físicos e processos sobre as várias partes do corpo (p. 112).

Assim como os recém-criados pensamentos, as *impressões* são conjecturadas também a partir do modelo para episódios internos. Nesse sentido, percepções partilharão da mesma estrutura que pensamentos. A primeira associação de pensamentos a percepções ocorre da seguinte maneira: primeiro, relatos do tipo “ver que a mesa é marrom” possuem intencionalidade de pensamentos herdada da estrutura semântica de comportamentos verbais públicos; depois, ao mesmo tempo estão vinculados a percepções pela introspecção. A privacidade do ato introspectivo aproxima percepções de pensamentos como relatos de algo, como “ver que a mesa é marrom”, que envolve um componente perceptivo e um componente de semântico, a “fala interna”; finalmente, as *impressões* surgem, então, como resultados da causação física e, partilhando a estrutura de episódios internos, aparecem como “réplicas internas” que partilhariam das características perceptíveis de sua fonte física em condições normais. Segundo Teixeira,

Introduzindo a ideia de pensamento e de entidades não observáveis como subjacentes as suas próprias impressões, eles deixam de ver diretamente o triângulo vermelho e passam a *relatar a experiência* de que estão vendo um triângulo vermelho. Ver um triângulo vermelho passa a ser uma experiência interna, mediada pelo pensamento e não uma experiência sensorial imediata ligada a um tipo de comportamento – seja verbal ou não. Jones introduz então mais uma entidade inobservável na sua teoria, as *impressões*, que seria um tipo especial de pensamentos que expressa episódios perceptuais (2004, p. 109).

O quadro conceitual de episódios internos parece estar se fechando dentro da alegoria de Sellars. Assim, eis a última tarefa de Jones:

Suponhamos que, como sua tarefa final para a humanidade, antes de desaparecer sem deixar rastro, Jones ensine sua teoria da percepção a seus companheiros. Como antes, no caso dos *pensamentos*, eles iniciam usando a linguagem de impressões para estabelecer conclusões teóricas a partir de premissas apropriadas (SELLARS, 2008, p. 117).

O Mito de Jones revela, mais uma vez, algumas das pressuposições dos teóricos dos dados dos sentidos como sendo um mito, além de esclarecer como a

mente entra gradualmente no universo pela evolução da linguagem. A saga de Jones constitui-se numa espécie de história alegórica evolucionista da mente humana. Teixeira diz que “quando o relato introspectivo passou a ser tomado como autoevidente, surgiu a ideia de *mente*” (2004, p. 110). A história para o surgimento de relatos introspectivos está ilustrada na história de Sellars da evolução da linguagem nesse mito. A expansão de uma linguagem puramente ryleana através da invenção da semântica, da inserção da linguagem teórica sob o modelo semântico para comportamentos verbais públicos, possibilitando postular a existência de episódios como pensamentos e, finalmente, a criação de uma teoria da percepção, constituem uma importante descrição da lógica dos eventos mentais.

Sellars consegue, portanto, demonstrar como é possível admitir-se que conceitos pertencentes a episódios internos são essencialmente intersubjetivos, embora não sejam traduzíveis em comportamentos verbais públicos. Além disso, conseguiu demonstrar que o acesso privilegiado a esses episódios é uma dimensão desses conceitos que pressupõe a intersubjetividade e que a privacidade desses episódios não é absoluta. Sellars oferece “receitas que nos dizem como diagnosticar e tratar o Mito do Dado em todas as suas multifacetadas manifestações” (BRANDOM, 2008, p. 175).

Referências

AYER, A. J. **Language, Truth and Logic**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

BLANSHARD, B. **Reason and Analysis**. London; New York: Routledge, 2013.

BRANDOM, R. Guia de Estudos. *In: Empirismo e Filosofia da Mente*. Tradução de Sofia Inês Albornoz Stein. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHURCHLAND, P. M. **Matéria e Memória** – Uma introdução contemporânea à filosofia da mente. Tradução de Maria Claro Cescato. São Paulo: UNESP, 2004.

MARGUTTI PINTO, P. R. Ceticismo, pragmatismo e a crítica de Sellars ao Mito do Dado. *In: DUTRA, L. H.; SMITH, P. J. (Org.). Ceticismo*. Perspectivas históricas e filosóficas. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, NEL, 2000. p 137-168.

MARGUTTI PINTO, P. R. Wilfrid Sellars – Uma filosofia naturalista da mente. *In: Mente, Cérebro & Filosofia*. São Paulo: Duetto editorial, 2008. p. 75-82.

MAROLDÍ, M. M. Linguagem, Comportamento e Mente no Mito de Jones de Wilfrid Sellars. *Kínesis*, Marília, v. VI, n. 12, dez./2014, p. 89-105.

RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume-Dumarã, 1994.

RORTY, R. Introdução. *In: Empirismo e Filosofia da Mente*. Tradução de Sofia Inês Albornoz Stein. Petrópolis: Vozes, 2008.

RYLE, G. **The Concept of Mind**. London; New York: Routledge, 2009.

ROSENBERG, J. "Wilfrid Sellars". *In: Stanford Encyclopedia of Philosophy*. 1997. Disponível em: <http://www.plato.stanford.edu>.

SELLARS, W. **Empirismo e Filosofia da Mente**. Com uma introdução de Richard Rorty e um guia de estudos de Robert Brandom. Tradução de Sofia Inês Albornoz Stein. Petrópolis: Vozes, 2008.

SELLARS, W. **Science, Perception and reality**. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

SELLARS, W.; CHISHOLM, R. M. Intentionality and the Mental: Chisholm-Sellars. Correspondence on Intentionality. *In: FEIGL, H.; SCRIVEN, M.; MAXWELL, G. (Eds.). Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, 2, 1957, p. 521-539. Disponível em: <http://www.ditext.com/sellars/sccor-f.html>.

TEIXEIRA, J. de F. **Mente, Cérebro & Cognição**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VASCONCELOS, P. C. O. **Uma proposta para um empirismo sem dado a partir de "Empiricism and the Philosophy of Mind" de Wilfrid Sellars**. 2010. 93f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2010.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell, 1967.

Recebido: 21/06/2023
Aprovado: 12/12/2023